

Contribuições do Construcionismo Social para a Análise das Interações nas Organizações em Rede

Autoria: Tatiana Aparecida Ferreira Doin, Priscila Ricardo dos Santos da Silveira

Agradecimentos à CAPES e à FAPES pelo apoio financeiro à pesquisa.

RESUMO

Este ensaio teórico tem por objetivo propor uma elucubração sobre as organizações em rede a partir da perspectiva do construcionismo social, a fim de identificar possíveis contribuições desta corrente e oferecer novos *insights* à microanálise das interações entre os atores sociais. Considerando que a análise das organizações em rede possui uma orientação multiparadigmática envolvendo o estruturalismo e o interpretativismo, a abordagem do construcionismo social incrementa a lente de análise e se mostra relevante no âmbito da dimensão subjetivista. O construcionismo social possibilita ampliar a compreensão de como questões históricas e culturais presentes nas interações sociais podem apresentar nuances capazes de revelar não somente as relações de poder e dominação que exercem influência na constituição, transformação e até mesmo destituição de uma rede, como também compreender como os atores sociais, sujeitos que constroem coletivamente a realidade, interpretam o ambiente e se articulam, formando coalizões, desnudando e transpondo os “nós” estruturais. Infere-se, portanto, que na perspectiva das organizações em redes, o estudo focado nas ações dos atores sociais é relevante no sentido de alinhar intersubjetivamente os contornos dessas interações em toda a trama da rede e desnudar, por exemplo, possíveis patologias do mundo do trabalho, como também lançar luz sobre como as interações dialógicas podem influir na produção do sentimento de responsabilidade. Assim, o construcionismo social fornece alguns atributos epistemológicos capazes de contribuir na microanálise das organizações em rede, posto que as práticas sociais revelam-se como um interessante instrumento de observação para fundamentar a pesquisa, desnudando aquilo que possa ser supostamente ocultado e revelando a realidade tal como ela é.

PALAVRAS-CHAVES: construcionismo social, epistemologia, organizações em rede.

INTRODUÇÃO

Compreender o mundo contemporâneo implica reconhecer a nova configuração criada pelo fluxo mais intenso dos acontecimentos, reflexo das transformações sociais provocadas pelo processo de urbanização e concentração de pessoas, como também pela influência da tecnologia da informação na comunicação, na economia, na cultura, etc. As relações sociais entre sociedade, governo e organizações estão protagonizando um novo ciclo, em que o modo de interagir está em constante mudança, sobretudo, pela disseminação das redes sociais, tornando as fronteiras entre o local e o global mais difusas e adjacentes.

A temática de redes sociais tem sido recorrente em pesquisas nos diversos campos da ciência, os estudos seminais foram desenvolvidos pela sociologia, psicologia social e antropologia, entretanto, outras áreas também transitam nesta matéria: a economia, as ciências sociais, a computação e a biologia são alguns exemplos relevantes. Nas ciências sociais, no âmbito dos Estudos Organizacionais (EO), as redes sociais nas organizações passaram a ser analisadas na perspectiva das organizações em rede (NOHIA, 1992; POWELL, 1990) e das redes e relações interorganizacionais (BORGATTI; EVERETT, 1994; GULATI, 1998).

A perspectiva das organizações em rede, foco deste trabalho, ampara-se em duas correntes teóricas: o estruturalismo (quanto à forma, estrutura) e o interpretativismo (quanto à dinâmica das interações sociais). Observa-se, contudo, que estas correntes não enfocam a análise microssociológica da interação entre os atores sociais, apresentando assim algumas lacunas epistemológicas que podem ser exploradas pelo pós-estruturalismo. O objetivo deste ensaio é propor uma elucubração sobre as organizações em rede a partir da perspectiva do construcionismo social, a fim de identificar possíveis contribuições desta corrente e oferecer novos *insights* à microanálise das interações entre os atores sociais.

Essa reflexão epistemológica lança um olhar crítico e descortina a forma como as redes se constituem doravante a análise histórica e contextual das interações, transcendendo e transfigurando algumas premissas estruturalistas e construtivistas. Nesse sentido, esta proposta se mostra profícua nos EO, na era informacional, por tornar o debate crítico e denso ao questionar a posição do sujeito e da tecnologia, descentrando-os e dando ênfase a uma concepção baseada nos construtos da comunidade e de como a realidade é construída socialmente, posto que “a tecnologia não determina a sociedade, nem a sociedade escreve o curso da transformação tecnológica, [...] o resultado final depende de um complexo padrão interativo” (CASTELLS, 1999, p.25).

De modo a subsidiar a proposição sugerida, este ensaio delineará a trajetória e os principais preceitos teóricos e epistemológicos da perspectiva das organizações em rede, tentando elucidar a abordagem para em seguida ampliar o horizonte de reflexão.

ORGANIZAÇÕES EM REDE: UMA BREVE TRAJETÓRIA CONCEITUAL

Embora o modelo de redes seja uma estrutura já há muito existente, o avanço das tecnologias da informação, em especial da Internet, ampliou o poder infocomunicacional dos atores sociais. Essa configuração social também foi potencializada através da proliferação de dispositivos móveis, os quais, ligados à rede mundial de computadores, contribuíram para alterar o comportamento infocomunicacional da sociedade. No entanto, permanece central na rede, em detrimento da tecnologia empregue, os atores sociais e suas interações, pois são eles que garantem flexibilidade a esse modelo infocomunicacional que é organizado de forma semiestruturada, favorecendo assim a contínua inovação humana (SILVA; SILVA; ZAIDAN, 2011).

Castells (2001) complementa essa discussão argumentando que redes são estruturas abertas que, de forma ilimitada, são capazes de se expandir, integrando novos nós, na medida em que estes tenham condições de se comunicar dentro da rede. Assim, uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico, apto às constantes inovações, sem ameaçar seu equilíbrio. Conforme esse autor salienta, redes são instrumentos que se adequam

perfeitamente a organizações voltadas à flexibilidade, adaptabilidade, a uma cultura de (des) construção, (re) construção contínua e (re) organização das relações de poder.

Nesse contexto, interessa conhecer parte do corpo de análise que oferece às organizações, novos contornos, intrínsecos a um padrão complexo de redes interligadas. Há uma diversidade de estudos sobre as redes sociais no campo organizacional como perspectiva de análise. Nohia e Eccles (1992) identificaram os trabalhos seminais de Roethlisberger e Dickson (1939) sob a perspectiva de análise das redes informais de relação nas organizações. Lopes e Baldi (2009) apontam os estudos de Tichy, Tuschman e Fombrum (1979) na abordagem da interação em diferentes níveis de análise (individual, organizacional e interorganizacional) para a compreensão dos aspectos estáticos e dinâmicos das organizações, a partir da sintetização das propriedades das redes quanto ao conteúdo transacional, (o que é trocado pelos atores sociais), à natureza das ligações (a natureza qualitativa e a força das ligações) e às características estruturais (padrão geral de relacionamento entre os autores do sistema).

Granovetter (1973) analisou as redes interpessoais com enfoque estruturalista nos laços sociais existentes entre os atores, classificando-os como fortes ou fracos de acordo com o nível de trocas investidas nas relações, inferindo que a maior ramificação ocorre nos laços fracos, ou seja, os limites das redes são ampliados a partir das conexões de grupos que não possuem ligações entre si.

Posteriormente, Granovetter (1985, 1992) direcionou a análise de redes para contextualizar a ação econômica, afirmando que a imersão social ocorre quando o ator social conjuga as ações de forma diática causando consequências na ação econômica, ou seja, a imersão social relacional produz efeitos sobre a ação individual econômica na medida em que os padrões de comportamento são internalizados através das relações sociais e também pelo autointeresse. Para Powell (1990), as redes podem ser comparadas a uma nova forma organizacional que se diferencia tanto da dimensão de mercado quanto de hierarquia, dando destaque “aos padrões horizontais e verticais de trocas, nos fluxos interdependentes de recursos e nas linhas recíprocas de comunicação que viabilizam a efetividade desses novos arranjos” (LOPES; BALDI, 2009, p. 43).

Essa dinâmica das redes também pode ser investigada como potencial de apoio ou impedimento à consecução dos objetivos organizacionais. Nesse sentido, Knight (2002) identifica, embora a autora tenha sublinhado a investigação das redes para a compreensão da aprendizagem organizacional, quatro tipos de redes sendo utilizadas como um recurso organizacional: as redes intraorganizacionais (unidades de negócios dentre de uma organização, estruturada em forma de rede e relativamente autônomas); organizações em rede (caracterizadas por flexibilidade e adaptabilidade, graças a elevados graus de integração vertical, horizontal e espacial, através de múltiplas relações sociais); redes estratégicas (grupos de organizações juridicamente autônomas, mas que mantêm altos níveis de interdependência e trabalho cooperativo); e as organizações coletivas mais frouxamente articuladas (organizações ligadas por proximidade geográfica, com interesses e atividades similares e participação igualitária na produção/entrega de um produto ou serviço).

Centrada mais especificamente nos dois últimos tipos de rede, Knight (2002) argumenta que, enquanto as redes organizacionais podem ser vistas como uma forma alternativa de organizar burocracias e relações hierárquicas, numa lógica de mercado em que prevalece a concorrência, o princípio da autoridade e da obediência, a lógica das redes estratégicas é da negociação, sendo justamente a qualidade da interação entre os atores que faz a rede ser estratégica, visto que esses atores propositadamente cooperam e colaboram ao longo do tempo.

Além das abordagens apresentadas, inclui-se o conceito de centralidade das redes para avaliar extensões envolvendo um ator ou um grupo de atores, os tipos de nós e a identificação do centro e periferia, bem como outras categorias para medir o potencial de centralidade (quantos laços o ator possui na rede), o acesso (distância de um ator sobre os demais) e o controle (importância do ator na propagação da informação dentro da rede) (EVERETT; BORGATTI, 2005; WASSERMAN; FAUST, 2007).

Na trajetória conceitual das organizações em rede, Fulk (2001) identifica, através de revisão bibliográfica sobre a temática, algumas teorias com potencial para explicar a emergência das redes, dentre elas destacam-se a teoria estrutural de ação, bem como algumas aplicações novas e criativas de outras teorias como: ação coletiva, estruturas sociais cognitivas, teorias da contingência e teorias evolucionistas. Dentre as últimas citadas, destaca-se a abordagem dos sistemas complexos, tornando-se relevante entender as redes organizacionais, a partir de conceitos-chaves tais como: caos, auto-organização e emergência. Nesse sentido, as organizações passam a ser vistas como entidades incertas, imprevisíveis e emergenciais, posicionadas na fronteira entre a ordem e o caos, capazes de co-evoluir e fazer surgir padrões complexos a partir de regras simples.

Para Nohia (1992) há três razões pelas quais as organizações em rede têm despontado entre os interessados nos fenômenos organizacionais: "the New Competition", o desenvolvimento tecnológico e o amadurecimento da análise de redes como disciplina acadêmica. As vantagens dessa perspectiva nos EO estão associadas ao estudo de poder e influência nas organizações, na organização de esforços dos diversos atores sociais para o alcance dos objetivos, na formação das alianças estratégicas e na nova economia. O autor expõe cinco premissas básicas que justificam o uso da perspectiva em rede: todas as organizações são em importantes aspectos redes sociais e precisam ser tratadas e analisadas como tal; o ambiente de uma organização pode ser corretamente visto como uma rede de outras organizações; as ações (atitudes e comportamentos) dos atores das organizações podem ser melhores explicadas através das respectivas posições na rede de relacionamentos (através da análise da coesão, equivalência, proeminência, alcance e influência).

Ao analisar cada uma dessas premissas, Nohia (1992) salienta, dentre outros argumentos, que, as relações formais ou prescritas, tais como aquelas que aparecem em organogramas, tabelas, registros de entradas e saídas, não captam inteiramente a rede de relações que moldam uma organização. Segundo o autor, as relações informais ou emergentes são de fato, as mais relevantes para a compreensão de redes nas organizações e elas podem ser de muitos tipos distintos, podendo ser baseadas em amizade, conselhos, ou relações de conversação dentro e através das fronteiras formais de uma organização. Nesse sentido, identificar e analisar essas redes não explícitas pode ser de grande importância para a compreensão das organizações.

Além disso, Nohia (1992) sugere que as redes estão sendo constantemente construídas socialmente, reproduzindo e se alterando como resultado das ações dos atores. Nesse sentido, reconhece-se que os padrões de relacionamento em uma organização podem não ser estáveis e recorrentes, visto que novos laços na rede são constantemente formados, podendo esses novos laços mudar drasticamente os antigos padrões da rede. Nesse caso, os atores sociais não podem ser vistos como definitivamente presos na estrutura da rede, tendo suas ações determinadas por sua localização na estrutura, mas sim como agentes intencionais, ativos, que estão o tempo todo tentando tomar o controle para si ou tentando impedir que outros o tomem. Portanto, as redes são mais que estrutura, são processo.

Antcliff, Saundry e Stuart (2007) também se interessam pelo alargamento do debate sobre as redes, buscando entender como os indivíduos se organizam através de uma infinidade de

redes. Dessa forma, não interessa aos autores metodologias que consideram a rede como uma unidade de análise, ou que procurem identificar as características da rede como um todo ou dos membros individualmente, por meio do mapeamento da estrutura das relações, mas sim, metodologias capazes de entender como os indivíduos navegam por várias redes, constituindo seu capital social, sejam elas *redes abertas* (isto é, redes cujos laços são frouxamente articulados, em que o indivíduo e outras pessoas que delas fazem parte não necessariamente sabem da existência uns dos outros, podendo portanto controlar as informações que fluem através dos “buracos” estruturais e estabelecer conexões informais) ou *redes fechadas* (redes cujos membros se identificam através de obrigações, expectativas, confiabilidade, canais formais de informação, normas e sanções produzidas por instituições sociais).

No entanto, priorizam-se nos estudos apontados as dimensões forma e estrutura das redes (topologia), em detrimento ao conteúdo, à busca pela compreensão das relações entre os atores sociais e os efeitos provocados por suas ações coletivas ou a influência das interações na ação individual (LOPES; BALDI, 2009). A questão central subjacente à perspectiva das organizações em rede deve também esclarecer os possíveis contornos da interação entre os atores sociais, não somente a estrutura da sua topologia ou os aspectos tecnológicos de propagação. O papel da tecnologia é tão somente o de meio para impulsionar a disseminação das redes sociais (CASTELLS, 1999).

ATRIBUTOS EPISTEMOLÓGICOS DO ESTRUTURALISMO E DO INTERPRETATIVISMO NA ABORDAGEM DAS ORGANIZAÇÕES EM REDE

Esclarecer os atributos epistemológicos que cerceiam uma teoria se apresenta como um importante ponto de partida para a reflexão acerca de uma nova abordagem. Ao mapear os principais atributos constantes no estruturalismo e no interpretativismo (Tabela 1) sobrepõem-se as margens para a análise crítica dos hiatos identificados nas correntes teóricas basilares. O estruturalismo dá conta da forma e das características estruturais das redes, enquanto o interpretativismo dá conta dos aspectos subjetivos e dinâmicos que envolvem as interações constituídas nas redes.

No contexto das ciências sociais, o termo estrutura está relacionado ao estruturalismo de modelo, mais próximo da linguística no que se refere à ligação entre estrutura e linguagem, se distanciando do estruturalismo genético de Piaget e se aproximando de Lévi-Strauss, Lacan, Foulcault, etc. O modelo determina as regras que regem as configurações dos elementos de um sistema. Ou seja, o modelo é capaz de traduzir a sintaxe contida nessas regras e construir a realidade dentro de uma estrutura social. Todo o processo de construção dos modelos se baseia nas relações sociais e envolve a transformação de elementos (ARAÚJO, 1993).

O interpretativismo ou construtivismo, por conseguinte, é oriundo da psicologia do desenvolvimento e está associado aos processos cognitivos do sujeito em relação ao meio, baseado na obra seminal de Piaget (ARENDDT, 2003). Glaserfeld (1997) entende que o conhecimento é construído pelo sujeito e esse processo é individual, sem interação com a sociedade. Desse modo, o processo de construção da realidade é uma experiência individual (ARENDDT, 2003).

TABELA 1 – PRINCIPAIS ATRIBUTOS DAS CORRENTES ESTRUTURALISTA E INTERPRETATIVISTA

Atributos	Estruturalismo	Interpretativismo
Foco	Na linguística: "só há estrutura na medida em que há linguagem, oposição, símbolo, diferenciação, capacidade de topologizar" (ARAÚJO, 1993).	Nas construções subjetivas que buscam construir o conhecimento a partir da realidade do indivíduo e suas associações, que compreendem as situações com base em suas experiências, memórias e expectativas (MORGAN; SMIRICH, 1980).
Método	A-histórico, formal (estrutura) (Souza, 2012). O Método estruturalista é universal, inconsciente e variante, a formalização permite a interpretação (ARAÚJO, 1993).	A sociologia fenomenológica, a hermenêutica e a etnografia (LEE, 1991).
Realidade	Não há realidade concreta (Araújo, 1993). A realidade nunca contém por inteiro seu próprio sentido, deve ser interpretada (SOUZA, 2012)	É construída e sistematicamente reconstruída com base nas experiências do observador, que possibilita interpretações dissonantes da realidade, pois trata do efeito dessas interações em uma situação específica (SMITH; FLOWERS; LARKIN, 2009).
Objeto	É importante ter certa caracterização do objeto para posteriormente analisar as relações entre outros elementos pela diferenciação. O objeto deve ser decomposto para aparecer o inteligível (ARAÚJO, 1993).	O objeto é interpretado com base nos entendimentos e experiências anteriores do pesquisador (CHEVARRIA; GOMES, 2013)
Sujeito	Descentrado, o estruturalismo não observa o sujeito enquanto "eu" e sua vivência. Sujeito como simples portador da estrutura (PETERS, 2000). Para Bruyne et al (1987) na estrutura não há centralidade, o sujeito é produzido como falta.	Centrado, é um indivíduo proativo e consciente, é um ator social (MORGAN; SMIRICH, 1980).
Sistemas Sociais	Os sistemas sociais apresentam diferentes tipos de estrutura. A sociedade é a conexão de várias estruturas que se relacionam.	Combinação das partes que concorrem para a ordem, posição, método. No entanto, sob a perspectiva dinâmica das partes que compõe o sistema.
Sentido	De acordo com Bruyne et al (1987), o sentido é gerado a partir de um recorte que possibilita a pesquisa dos fragmentos móveis, os quais produzem sentido na menor diferença (variação) possível	Toda interpretação é resultado da ação do agente, o Interpretativismo busca elementos junto aos outros atores para compreender como constroem sentido a partir de suas realidades individuais (SMITH; FLOWERS; LARKIN, 2009).
Interação	A interação ocorre entre a estrutura e o ambiente, constantemente, do interno para o externo.	A interação entre o sujeito e o objeto é muito forte. O sujeito se constitui na interação com o objeto e essa interação é que permite a construção do sujeito, do objeto e do conhecimento.

Nota. Fonte: Autoras

A sociedade contemporânea vive uma época em que a estabilidade e a previsibilidade abrem caminho para a complexidade e a fluidez. Destacam-se, nesse contexto, os avanços sócio-técnicos, que favoreceram a interconectividade entre as pessoas e provocaram mudanças paradigmáticas na sociedade. Essa nova configuração societal afeta diretamente a paisagem organizacional, exigindo novas epistemologias e metodologias capazes de entender as formas inovadoras através das quais os atores têm existido e atuado dentro das organizações (CAMARGO-BORGES; RASESA, 2013).

A abordagem do construcionismo social apresenta-se, assim, como uma alternativa filosófica coerente, capaz de auxiliar nos processos de compreensão e enfrentamento das mudanças sociais características da sociedade pós-moderna e, em sentido mais específico, das mudanças organizacionais. Trata-se de uma abordagem que está preocupada com a maneira pela qual o significado é construído socialmente, através da coordenação de pessoas e da interação entre elas. Por conseguinte, essa construção de significado será sempre fluida e dinâmica (CAMARGO-BORGES; RASESA, 2013).

A contribuição do construcionismo social é particularmente relevante, pois, dentro das ciências sociais, nos estudos organizacionais em específico, predomina a ideia de que existe uma realidade lá fora, sobre a qual nos tornamos conscientes e capazes de agir nela como indivíduos. E assim, estudamos instituições como entidades, indivíduos em termos de seus papéis e identidades e desenvolvemos modelos de comunicação baseados no modelo do falante, que transmite significados e intenções, e do ouvinte que compreende esse significado. Esse entendimento, no entanto, pressupõe um mundo social que é constituído de indivíduos autossuficientes, que ao tornarem-se conscientes, são capazes de desenvolver imagens mentais e entendimentos precisos do mundo. Esses pressupostos têm sido desafiados por estudiosos como os construcionistas sociais, os quais se baseiam na ideia de que a realidade social não está separada do ator, e sim coexiste com ele, estando os dois intimamente entrelaçados, de modo que ambos moldam e são moldados em interações cotidianas (CUNLIFFE, 2008).

Destarte, o construcionismo social conduz à uma análise mais crítica e profunda das relações, pautada no estudo sócio-histórico das interações existentes nas construções sociais, ou seja, na busca pela compreensão de como as relações entre os atores sociais são construídas, desconstruídas ou até mesmo reconstruídas (SCHWANDT, 2006). Essa abordagem emergiu no pós-modernismo com raízes na psicologia social a partir do artigo seminal de Gergen (1985), em resposta às três críticas ao fazer científico: a crítica social, a ideológica e a retórico-literária. Não obstante o construcionismo ser multifacetado, há uma consonância de ideias de alguns autores em torno de quatro questões centrais: a especificidade cultural e histórica das formas de se conhecer o mundo, a primazia dos relacionamentos humanos na produção do conhecimento, a interligação entre o conhecimento e ação e a valorização de uma postura crítica e reflexiva visando entender determinados meios de pensar e os meandros que envolvem esse pensamento de acordo com o contexto (RASERA; JAPUR, 2005).

Embora não possa ser traduzido em um conjunto fechado de diretrizes, em virtude de sua proposta epistemológica, é possível identificar algumas práticas do construcionismo social, dentre elas: a ênfase na diversidade de perspectivas, em detrimento do destaque dado a ideias que se assemelham; a aposta no caráter transdisciplinar das equipes; o enfoque na tomada de decisão descentralizada; além de maior flexibilidade em termos de abordagens e políticas, as quais são informadas, por sua vez, pela apreciação de um ambiente que é multicultural e polifônico (CAMARGO-BORGES; RASERA, 2013).

Nesse sentido, Cunliffe (2008) observa que uma das escolhas críticas do construcionismo social vem da noção de intersubjetividade. De acordo com essa visão, o sentido do mundo social emerge da contínua interação com os outros, isto é, o “eu” não existe sem o “você”, porque ambos estão sempre em relação. Um diálogo, mesmo que o outro não esteja presente, sempre incorpora outras pessoas, outras conversas, outros espaços. Assim, a intersubjetividade favorece uma análise sobre os micro-processos de co-construção e manutenção da realidade social em conversas diárias, em que o foco não é sobre o que é a realidade social – porque ela não é fixa, nem existe uma compreensão universalmente compartilhada sobre ela – mas sobre como as pessoas formam significado entre si em diálogos responsivos.

Dentre outros aspectos que se destacam na abordagem do construtivismo social estão: é a natureza dialógica das interações – em que o significado reside em uma conversa viva, em que não apenas uma voz está no controle, mas há múltiplas vozes e criatividade, produzindo enunciados que nunca se constituirão em uma forma dada e final, mas sempre criarão algo novo e irrepetível; a forma como percebemos o mundo com o nosso corpo (*embodied*) – isto é, compreendemos o outro não apenas através de atos de interpretação intelectual, mas através de impressões sensoriais, gestos, expressões emocionais e respostas; a compreensão dialética da experiência – ou seja, as realidades e identidades sociais são sempre pluralistas e frágeis, emergentes das tensões e do contínuo movimento entre os opostos, dessa forma os significados emergem da inter-relação dialética entre falantes/ouvintes, corpo/linguagem, fala/silêncio, etc. (CUNLIFFE, 2008).

Essas suposições implicam num modo particular de conceituar e compreender as organizações. Segundo Cunliffe (2008), organizações seriam concebidas, nesse contexto, como entidades que emergem relacionalmente e como comunidades de linguagem dialógica. Assim, o sentido de vida organizacional, dos “eus” que dela fazem parte e do que precisa ser feito são negociados, contestados e intersubjetivamente criados por pessoas através de suas atividades dialógicas responsivas, de forma relacional.

Outras implicações também se mostram relevantes no estabelecimento das bases epistemológicas e ontológicas do construcionismo social: (1) o antiessencialismo, contrariando o determinismo da essência; (2) o antirrealismo por acreditar que o conhecimento não parte da realidade, o real é produto de diferentes descrições dos processos sociais; (3) a linguagem não é tida como passiva, mas como forma de ação social, ou seja, diferentes ações produzem diferentes construções do real; (4) o foco na interação e nas práticas sociais privilegiando os relacionamentos como foco de investigação; (5) a centralidade dos processos de construção de conhecimento e do mundo, descentrando as estruturas e enfatizando os processos de construção, além da crítica às dicotomias interno/externo, sujeito/objeto; e (6) o antipositivismo, pautado na preocupação em analisar a realidade de acordo com as abordagens dos processos construtivos, negando uma teoria objetiva do significado e se afastando do relato empírico e representacional do significado e do conhecimento (BURR, 1995; DENZIN; LINCOLN, 2006; FLICK, 2009; GERGEN, 1997, 1999; RASERA; JAPUR, 2005; SCHWANDT, 2006).

Inserido no paradigma interpretacionista (HATCH; YANOW, 2003), o construcionismo social tem sido utilizado como base epistemológica na produção científica recente dos estudos organizacionais em algumas áreas de conhecimento como liderança (CARROLL; NICHOLSON, 2014; CUNLIFFE, 2009; GRINT, 2005; NICHOLSON; CARROLL, 2013), marketing (EDVARDSSON; TRONVOLL; GRUBER, 2009; STORR, 2010, 2013), mudança organizacional e produção de conhecimento (CAMARGO-BORGES; RASERA, 2013; CUNLIFFE, 2008), aprendizagem organizacional (ANTONELLO, GODOY, 2009),

gestão de carreira (ITUASSU; TONELLI, 2012; RIBEIRO; 2015), sustentabilidade (MUNCK; SOUZA, 2011); e até mesmo servido de inspiração para a criação e proposição de uma nova perspectiva ontológica, epistemológica e metodológica denominada construcionismo relacional, com o intuito de apoiar a investigação de processos relacionais e orientar a prática do desenvolvimento comunitário ou mudança organizacional (HOSKING, 2011).

Como exemplo, nos estudos sobre carreira dentro dessa perspectiva construcionista e do paradigma interpretativo, aponta-se o trabalho de Ituassu e Tonelli (2012), cujo objetivo é explorar os paradoxos e contrassensos do conceito do sucesso, no contexto do *management*, demonstrando como a realidade não existe de forma concreta, antes é produto da subjetividade humana. Ao proporem que o conceito de sucesso seja visto como um empreendimento social, as autoras observam que na perspectiva construcionista, o sentido reside em uma construção coletiva e interativa, isto é, a produção de sentido não é uma atividade cognitiva individual, mas uma prática social e dialógica, podendo tanto ser cristalizada com o tempo, quanto ser passível de re-significação.

Do mesmo modo, Ribeiro (2015, p.20) defendeu a busca de "novas bases epistemológicas, tais como o construcionismo social" para a análise da carreira como um processo de construção, distanciando-se do *mainstream* do positivismo. Nesse sentido, o autor propôs a problemática - de que forma um conjunto de trabalhadores urbanos constroem carreiras em um contexto de emprego predominantemente instável? - e identificou, por intermédio de narrativas, cinco padrões de construção de carreira: carreira organizacional, carreira protéica e sem fronteiras, carreira profissional, carreira de transição e carreiras híbridas. A principal contribuição do seu trabalho foi confirmar o hibridismo na construção da vida no trabalho do mundo contemporâneo, visto que a realidade das narrativas dos participantes produziu uma tensão constante entre as dicotomias estabilidade/flexibilidade e permanência/mudança.

O MÉTODO NO CONSTRUCIONISMO SOCIAL

Na perspectiva construcionista, conforme argumentam Camargo-Borges e Rasera (2013), a produção do conhecimento está além da racionalidade individual, movendo-se para a relacionalidade e a criatividade dos atores que, por sua vez, são capazes de gerar envolvimento e promover mudança. O convite construcionista é para compreender como os aspectos do mundo que não são um dado adquirido, mas sim socialmente construídos, abrindo espaço para uma variedade de inteligibilidades alternativas. Metodologicamente, o desafio não é provar e convencer os outros sobre a interpretação correta de um fenômeno, mas ampliar as possibilidades de compreensão. Esta abordagem fluida e dinâmica ajuda a promover a comunicação, o diálogo e a integração de perspectivas.

Assim a pesquisa interpretativista centra-se nos significados, admite a ambiguidade, o dinamismo, a multiplicidade dos jogos de linguagem, o conhecimento prático, situando o pesquisador juntamente no campo. O método, baseado na hermenêutica, fenomenologia e etnografia preconiza a participação ativa do pesquisador como sendo o instrumento de investigação visando observar as práticas cotidianas, identificando e atribuindo os devidos significados analisados. Inclusive, alguns autores sugerem a adoção da análise de narrativa e até mesmo a análise do discurso utilizando os métodos preconizados pelo construcionismo social, para discutir questões relacionadas a gênero, self, moralidade, violência, etc.

(ALVESSON; DEETZ, 1998; CUNLIFFE, 2011; ROSA; TURETA; BRITO, 2006; VIEIRA; RIVERA, 2012).

Além disso, é preciso considerar que a pesquisa construcionista social busca explicar não de forma convencional os processos pelos quais os atores explicam o mundo em que vivem, incluindo a si mesmos. A maior parte dos construcionistas sociais irá manifestar em seus estudos premissas tais como: (1) a forma como o mundo é experienciado não determina por si só os termos em que o mundo é conhecido, por isso, é possível questionar se as teorias servem para refletir ou mapear a realidade; (2) o processo de compreensão do mundo é resultado de um empreendimento ativo, cooperativo, de pessoas em relação; (3) o conceito de verdade pode ser questionado, pois determinada forma de entendimento se sustenta através de processos sociais (comunicação, conflito, negociação, retórica), dessa forma, perspectivas podem ser abandonadas na medida em que sua inteligibilidade passa a ser questionada entre os interlocutores; (4) as formas de compreensão são de importância crítica na vida social, pois estão entrelaçadas com outras atividades das quais as pessoas participam (GERGEN, 2009).

Hardy e Grant (2012) salientam que, embora haja críticas quanto ao desenvolvimento da análise do discurso organizacional utilizada por muitos construcionistas sociais, sob a acusação de terem abandonado a materialidade, (ver artigo de Mats Alvesson and Dan Kärreman, intitulado “*Decolonializing discourse: Critical reflections on organizational discourse analysis*”, publicado em 2011, na *Human Relations*), os autores advertem que, não é que a análise do discurso ignore o material, na verdade, a análise construcionista, em geral, está interessada em como o material adquire significado e em como material e discurso estão entrelaçados. Dessa forma, a materialidade é discursiva e, nesse sentido, as práticas discursivas já são materialidade ou estão se tornando materialidade, em (re) configurações do mundo. Assim, práticas discursivas e fenômenos materiais não estão em uma relação de exterioridade um ao outro, em vez disso, constituem-se mutuamente. Dito de outra forma, se adquirir materialidade é ter importância, é o significado do assunto que os estudiosos construcionistas do discurso acham útil examinar, explorando assim a relação entre as práticas discursivas e os fenômenos materiais.

E O QUE O CONSTRUCIONISMO SOCIAL PODE OFERECER À ANÁLISE DAS INTERAÇÕES NAS ORGANIZAÇÕES EM REDE?

Considerando que a análise construcionista nos EO parte do pressuposto de que os atores sociais constroem seus pontos de vistas, opiniões, declarações, etc. através do diálogo (CUNLIFFE, 2008), a centralidade se desloca da estrutura das relações, ou seja, desfocando a representação da forma, dos nós, links, setas para os aspectos mais intrínsecos e subjetivos das interações entre os atores sociais. O foco reside no momento da interação e nas práticas sociais, nos processos plurais da produção de sentido na vida cotidiana, da construção do conhecimento e do mundo (CZARNIAWSKA, 2003; RASERA; JAPUR, 2005). Deste modo, o pesquisador pode explorar como os atores sociais utilizam a linguagem rotineiramente para dar forma às realidades sociais, à identidade e ações cotidianas (WATSON, 2001). Afinal, a linguagem como forma de ação social é significada por meio do intercâmbio humano (SCHWANDT, 2006).

Ademais, ao assumir uma postura ontológica subjetivista, o pesquisador ao adotar o construcionismo social também será capaz de identificar e analisar as múltiplas realidades, ou seja, de que forma os diferentes atores sociais experienciam, constroem e interpretam a realidade, cada um à sua maneira. Desse modo, ao utilizar métodos como a etnografia, as entrevistas não estruturadas, a autobiografia, a análise de narrativa ou de discurso, pode ser possível capturar as múltiplas interpretações e reflexões dos atores sociais na construção do significado (CUNLIFFE, 2011).

Portanto, a análise das organizações em rede na perspectiva do construcionismo social possibilitará ao pesquisador debruçar-se sobre essas realidades construídas para compreender as interações sobre um enfoque em que

“...a relacionalidade está nas pessoas e não na linguagem *per se* e as considerações são escritas para incluir as perspectivas dos participantes - histórias incorporando sentimentos e reações, semelhanças e diferenças, ao invés de variáveis ou mecanismos, porque os significados são contextuais, evocativos e negociados.[...] os autores interpretam as atividades de construção de significado dos indivíduos, implicitamente utilizando uma abordagem abdução onde eles se movem entre a teoria (neutralização, resignificação, dialética) e a prática (considerações dos participantes), cada uma informando a outra” (CUNLIFFE, 2011, p. 664).

Nesse sentido, a análise das organizações em rede por ter uma orientação multiparadigmática envolvendo o estruturalismo e o interpretativismo, a abordagem do construcionismo social incrementa a lente de análise e se mostra relevante no âmbito da dimensão subjetivista. Esse novo olhar epistemológico facilita ampliar a compreensão de como questões históricas e culturais presentes nas interações sociais podem apresentar nuances capazes de revelar não somente as relações de poder e dominação que exercem influência na constituição, transformação e até mesmo destituição de uma rede, como também compreender como os atores sociais, sujeitos que constroem coletivamente a realidade, interpretam o ambiente e se articulam, formando coalizões, desnudando e transpondo os “nós” estruturais.

Além disso, a perspectiva do construcionismo social não descarta a possibilidade de que os membros organizacionais alterem suas posições na rede. Enquanto numa análise estruturalista, as redes restringiriam as ações dos atores, mantendo padrões de relacionamentos em grande medida estáveis e recorrentes, interessa à análise construcionista, como e por que novos laços são constituídos, (re)organizados ou destituídos, mudando de maneira drástica o cenário organizacional (NOHIA, 1992). Assim, uma análise interessante sobre os aspectos relacionais existentes entre os membros de uma organização seria questionar quais aspectos comprometem a estabilidade dessas relações, provocando processos constantes de (des)construção, transformação ou dissolução das redes. O foco, no entanto, não estaria em ver esses processos como falhas estruturais a serem corrigidas, mas como instabilidades capazes de gerar vitalidade, favorecer a criatividade dos membros organizacionais e provocar mudança organizacional.

Outra implicação que a análise construcionista pode oferecer à análise das organizações em rede é a ideia de diálogo como um recurso organizacional. Entender as práticas organizacionais mediante esse conceito implica entender a organização como um processo de interação contínua, como uma conversa em que diferentes entendimentos são bem-vindos, como um espaço de conversação para acolher participantes que trazem uma multiplicidade de vozes (CAMARGO-BORGES; RASERA (2013). Uma análise nesse sentido preocupa-se em descobrir não a “melhor opinião”, qual voz tem mais autoridade para falar, a “melhor solução”, o “caminho certo” de fazer as coisas, mas em encontrar as motivações, interesses, inteligibilidades que fazem as pessoas se sentirem conectadas àquela conversa e dispostas a se envolver. Além disso, se a organização é vista como uma conversa, ela só é possível porque

na interação, há falas e silêncios. Nesse caso, o que leva uma voz a silenciar em uma interação organizacional? De certa forma, esse silêncio também diz algo sobre a organização e o construcionismo social aceita o desafio de descobrir o que elas dizem ao silenciarem.

Se na perspectiva do construcionismo social as organizações podem ser vistas como espaços dialógicos em que diferentes atores (gestores, consultores, líderes, trabalhadores) oferecem sua voz como um recurso para intervenções nas organizações, a riqueza das organizações em rede pode estar nesse hibridismo encontrado nas interconexões e influência mútua entre os atores. Nesse contexto, ligada à ideia do diálogo está o processo de co-criação de novas realidades. Gera-se nos participantes da conversa envolvimento, que por sua vez produz o sentimento de responsabilidade. Dessa forma, através do diálogo, tantas pessoas quanto possíveis são incluídas na abordagem de um problema e diferentes entendimentos ganham voz, o que favorece novas e irrepetidas possibilidades e, a partir daí, muitas alternativas para a ação podem ser imaginadas e co-criadas (CAMARGO-BORGES; RASERA (2013).

No processo de co-criação dentro de uma organização em rede, os participantes podem usar sua imaginação coletiva e desenvolver histórias que falam sobre si mesmos, sobre os outros, seus contextos e espaços, gerando novas ideias, compromissos e responsabilidade relacional para um projeto que está sendo desenvolvido (CAMARGO-BORGES; RASERA (2013). Assim, é cabido levantar algumas perguntas acerca da análise das organizações em rede à luz do construcionismo social: interessa que o processo de co-criação seja projetado, desenvolvido, facilitado ou sua riqueza está justamente em deixa-lo livre, mais fluido, mais espontâneo, sem tentativas de fixa-lo? Quais são as implicações para a prática profissional ao se analisar as organizações em redes mediante essa compreensão epistemológica de que as pessoas são relacionais e assim constroem os significados? Ainda no reino das práticas profissionais, quais possíveis implicações para os resultados organizacionais se as organizações deliberadamente capacitassem seus membros a questionar a realidade como dada, a experimentar novas formas de falar, a aceitar a polissemia e a abraçar a ambiguidade?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a perspectiva das organizações em rede figure as relações entre atores sociais, os preceitos epistemológicos do estruturalismo e do interpretativismo não abordam a centralidade nas relações construídas socialmente. Ademais, o método a-histórico do estruturalismo não considera os aspectos históricos das relações e o cognicismo cêntrico no sujeito atribuído pelo interpretativismo pretere importantes aspectos subjetivos que compõem as relações (ARENDDT, 2003; MORGAN; SMIRICH, 1980; SOUZA, 2012).

As organizações são empreendimentos coletivos complexos imersos num emaranhado de redes de significados, construídas e reconstruídas para lidar com os desafios impostos. Depreende-se que o sujeito, no contexto organizacional, é um agente ativo e não reage mecanicamente aos acontecimentos e eventos do cotidiano. A interação dinâmica entre os atores sociais repercute na construção dos modelos mentais do sujeito, nas estratégias cognitivas, atitudes e comportamentos que ele utiliza para construir e lidar com a realidade utilizando mecanismos como a persuasão nos processos de negociação, cooperação ou até mesmo de cooptação ou submissão (ALVESSON; DEETZ, 1998; CUNLIFFE, 2008; ROSA; TURETA; BRITO, 2006).

Infere-se, portanto, que na perspectiva das organizações em redes, o estudo focado nas ações dos atores sociais é relevante no sentido de alinhar intersubjetivamente os contornos dessas interações em toda a trama da rede e desnudar, por exemplo, possíveis “patologias contemporâneas relacionadas ao mundo do trabalho” (ROSA; TURETA; BRITO, 2006, p. 48), como também lançar luz sobre como as interações dialógicas podem influir no senso de responsabilidade por meio do processo de co-criação da realidade (CAMARGO-BORGES; RASERA (2013). Sendo assim, o construcionismo social fornece alguns atributos epistemológicos capazes de contribuir na microanálise das organizações em rede, posto que as práticas sociais revelam-se como um interessante instrumento de observação para fundamentar a pesquisa, desnudando aquilo que possa ser supostamente ocultado e revelando a realidade tal como ela é.

REFERÊNCIAS

- ANTCLIFF, V.; SAUNDRY, R.; STUART, M. Networks and social capital in the UK television industry: The weakness of weak ties. **Human Relations**, v. 60, n.2, p. 371–393, 2007.
- ARENDETT, R. J. J. Construtivismo ou construcionismo? Contribuições deste debate para a psicologia social. **Estudos de Psicologia**, v. 8, n.1, p. 5-13, 2003.
- ARAÚJO, I. L. **Introdução à filosofia da ciência**. Curitiba: Editora da UFPR, 1993.
- ALVESSON, M.; DEETZ, S. Teoria crítica e abordagens pós-modernas para os estudos organizacionais. In: CLEGG, Stewart R. et al. (Orgs.) **Handbook de Estudos Organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudo organizacionais**. v.1. São Paulo: Atlas, 1998.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 12ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BRUYNE, P. de; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- BURR, V. **The introduction to social construcionism**. Londres: Routledge. 1995.
- BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis**. London: Heinemann, 1979.
- CAMARGO-BORGES, C.; RASERA, E. F. Social Constructionism in the Context of Organization Development: Dialogue, Imagination, and Co-Creation as Resources of Change. **SAGE Open**, v. 1, n. 1, p. 1-7, 2013
- CARROL, B.; NICHOLSON, H. Resistance and struggle in leadership development. **Human Relations**, v. 67, n. 11, p. 1413–1436, 2014.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, v. 1, 1999.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, v. 2. 2001.
- CHEVARRIA, D. G.; GOMES, F. C. R. Relação Entre Observador e Realidade nos Paradigmas Positivista, Interpretativista e Complexo: E aí Juiz, Foi ou Não Foi Pênalti? In: III

Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Administração, 2013, Florianópolis. Anais do III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Administração, 2013.

CUNLIFFE, A. Orientations to social constructionism: relationally responsive social constructionism and its implications for knowledge and learning. **Management Learning**, v. 39, n. 2, p. 123-139, 2008.

_____. The philosopher leader: On relationalism, ethics and reflexivity – A critical perspective to teaching leadership. **Management Learning**, v. 40, n. 1, p. 87–101. 2009.

_____. Crafting Qualitative Research: Morgan and Smircich 30 Years On. **Organizational Research Methods**, v. 14, n. 4, p. 647-673, 2011.

CZARNIAWSKA, B. Social Constructionism and Organization Studies. In: WESTWOOD, R.; CLEGG, S. (Org.). **Debating organization: point-counterpoint in organization studies**. 1. ed. Oxford: Blackwell Publishing, 2003. p. 128-139.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: _____. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-42.

EDVARDSSON, B.; TRONVOLL, B; GRUBER, T. Expanding understanding of service exchange and value co-creation: a social construction approach. **Academy of Marketing Science**, v. 39, p. 327-339, 2011.

EVERETT, M.; BORGATTI, S. P. Extending centrality. In: CARRINGTON, P. J.; SCOTT, J.; WASSERMAN, S. (Eds.). **Models and methods in social network analysis**. New York: Cambridge University Press, 2005.

FULK, J. Global network organizations: Emergence and future prospects. **Human Relations**, v.54, n.1, p. 91–99, 2001.

GERGEN, K.J. The social constructionist movement in modern psychology. **American Psychologist**. v.40, n.3, p.266-275, 1985.

_____. **Realities and relationships**. Cambridge: Harvard University Press. 1997.

_____. **An invitation to social construction**. Londres: Sage. 1999.

_____. O Movimento do Construcionismo social na psicologia moderna. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**, v. 6, n. 1, p. 229-325, 2009.

GLASERSFELD, E. V. **Homage a Jean Piaget**. Disponível em: <www.oikos.org/Piagethom.htm>. Acesso em 01/07/2015.

GRANOVETTER, M. S. The Strength of Weak Ties. **American Journal of Sociology**, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973.

_____. Economic Action And Social Structure: The Problem Of Embeddedness. **American Journal of Sociology**, v. 91, p. 481-510, 1985.

_____. Problems of explanation in economic sociology. In: _____. **Networks and organizations: Structure, form, and action**. Boston: Harvard Business School Press. 1992.

GRINT, K. Problems, problems, problems: The social construction of leadership. **Human Relations**, v. 58, n. 11, p. 1467–1494, 2005.

- GULATI, R.; NOHRIA, N.; ZAHEER, A. Strategic networks. **Strategic Management Journal**, v. 21, n. 3, p. 203-215, 2000.
- HARDY, C.; GRANT, D. Readers beware: Provocation, problematization and ... problems. **Human Relations**, v. 65, n. 5, p. 547–566, 2012.
- HATCH, M. J. ;YANOW, D. Organization Theory as an Interpretative Science. In: TSOUKAS, H. KNUDSEN, C. **The Oxford Handbook of Organization Theory**. Oxford: Oxford University Press, 2003
- HOSKING, D. M. Telling Tales of Relations: Appreciating Relational Constructionism. **Organizational Studies**, v. 32, n. 1, p. 47-65, 2011.
- ITUASSU, C. T.; TONELLI, M. J. Notas sobre o conceito de sucesso: sentidos e possíveis (re)significações. **RAM**, v.13, n. 6, p. 197-224, 2012.
- LEE, A. S. Integrating positivist and interpretive approaches to organizational research. **Organization Science**, v.2, n. 4, p. 342-365, 1991.
- LOPES, F. D.; BALDI, M. Redes como perspectiva de análise e como estrutura de governança: uma análise das diferentes contribuições. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 43, n. 5, p. 1007-1035, 2009.
- MORGAN, G., SMIRCICH, L. The Case for Qualitative Research. **Academy of Management Review**. V.5, n.4, 1980.
- MUNCK, L.; SOUZA, R. B.; O Ecletismo do Paradigma da Sustentabilidade: construção e análise a partir dos estudos organizacionais. **Revista de Ciências da Administração**, v. 13, n. 29, p. 202-242, 2011.
- NICHOLSON, H.; CARROLL, B. Identity undoing and power relations in leadership development. **Human Relations**, v. 66, n. 9, p. 1225-1248, 2011.
- NOHRIA, N. Is a network perspective a useful way of studying organizations? In: NOHRIA, N; ECCLES, R. Network and organizations. Boston: **Harvard Business School Press**, 1992.
- PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- POWELL, W. W. Neither market nor hierarchy: network forms of organization. In: STAW, B. M.; CUMMINGS, L. L. (Eds.). Research in organizational behavior: Greenwich, CT: **JAI Press**, p. 295-336, 1990.
- RASERA, E.; JAPUR, M. Os sentidos da construção psicologia. **Paidéia**, v. 15, n.30, p. 21-29, 2005.
- RIBEIRO, M. A. Contemporary patterns of career construction of a group of urban workers in São Paulo (Brazil). **Journal of Vocational Behavior**, v. 88, p. 19-27, 2015.
- ROETHLISBERGER, F.J.; DICKSON, W.J. **Management and the worker: an account of a research program conducted by the Western electric company, Hawthorne works**, Chicago. Harvard University Press: Cambridge, 1939.
- ROSA, A. R.; TURETA, C.; BRITO, M.J. Práticas discursivas e produção de sentidos nos estudos organizacionais: a contribuição do construcionismo social. **Contextus Revista Contemporânea de Economia e Gestão**. v.4, n.1, p. 41-52, 2006.

SCHWANDT, T. Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa. In: DENZIN, N. e LINCOLN, Y. (Orgs). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre, Artmed: 2006. Cap. 7, 193-218.

SILVA, L. L.; SILVA, A. M. ZAIDAN, F, H. Reflexões teóricas sobre o comportamento infocomunicacional de utilizadores das redes sociais na internet. **Revista da Informática Aplicada**, v.7, n.2, p. 41-60, 2011.

SMITH, J. A.; FLOWERS, P.; LARKIN, M. **Interpretative Phenomenological Analysis: Theory, Method and Research**. United Kingdom: SAGE Publications. 2009

SOUZA, E. M. Pós-modernidade nos estudos organizacionais: equívocos, antagonismos e dilemas. **Cadernos EBAPE.BR**. v. 10, n. 2, p. 270-283, 2012.

SPINK, M. J.; FREZZA, R. M. Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da psicologia social. In: SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção dos sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

STORR, V. H. The Social Construction of the Market. *Society*, **Society**, v. 47, n. 3, p. 200-206, 2010.

STORR, V. H. **Understanding the culture of markets**. Vol. 31. Routledge, 2013.

TICHY, N.; TUSCHMAN, M.; FOMBRUM, C. Social network analysis for organization. **Academy of Management Review**, v. 4, n. 4, 1979.

VIEIRA, A. M.; RIVERA, D. P. B. A hermenêutica no campo organizacional: duas possibilidades interpretativistas de pesquisa. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**. São Paulo, v. 14, n.44, p.261-273. 2012.

WASSERMAN, S.; FAUST, K. Social network analysis: methods and applications. New York: **Cambridge University Press**, 2007.

WATSON, T. J. **In search of management: Culture, chaos and control in managerial work** (2nd ed.). London, England: Thomson, 2001.